



PODER JUDICIÁRIO
PROCEDIMENTO SELETIVO DE JUIZ LEIGO

PROVA ESCRITA

JUÍZO ÚNICO DA COMARCA DE BOCAÍÚVA DO SUL

ORIENTAÇÕES

1. Confira a identificação da prova e assine no local indicado.
2. Aguarde autorização para iniciar a resolução da prova.
3. Antes de iniciar a resolução das questões, confira a impressão da prova.
4. A prova é composta de 21 questões, sendo 20 objetivas e 01 dissertativa.
5. Nesta prova, as questões objetivas são de múltipla escolha, das quais somente uma deve ser assinalada.
6. As questões objetivas podem ter sofrido alteração de ordem das assertivas em relação à fonte original da banca em que foram selecionadas.
7. A interpretação das questões é parte do processo de avaliação, não sendo permitidas perguntas aos aplicadores de prova.
8. Não serão permitidos empréstimos, consultas e comunicação entre os candidatos, tampouco o uso de livros, apontamentos e equipamentos eletrônicos ou não. O não cumprimento dessas exigências implicará a eliminação do candidato.
9. A duração da prova é de 3 horas
10. Ao concluir a prova, permaneça em seu lugar e comunique ao aplicador de prova.

Candidato: _____

Assinatura:

Inscrição nº: _____

QUESTÕES OBJETIVAS

QUESTÃO 01

Considerando o Sistema dos Juizados Especiais, tendo como norte a legislação vigente, marque V para as assertivas verdadeiras e F para as falsas.

() No sistema do Juizado Especial da Lei nº 9.099/1995, os embargos de declaração interrompem o prazo para a interposição de recurso, nos termos dos artigos 50 e 83 do referido diploma legal.

() O Juizado Especial Cível (Lei nº 9.099/1995) apresenta-se como uma opção ao autor. Como regra, sua competência abarca as causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo e as ações possessórias sobre bens imóveis de valor não excedente a também quarenta vezes o salário mínimo.

() O Juizado Especial da Fazenda Pública (Lei nº 12.153/2009) ostenta competência absoluta, não opcional e de curso obrigatório. Como regra é competente para processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de 60 (sessenta) salários mínimos.

() É cabível ação rescisória no sistema do Juizado Especial Cível (Lei nº 9.099/1995).

() No âmbito do Juizado Especial Cível, é possível atacar decisão proferida pela Turma Recursal por meio de reclamação dirigida ao Superior Tribunal de Justiça, o que não ocorre no âmbito do Juizado da Fazenda Pública.

Assinale a sequência correta.

A) V, V, V, F, F

B) F, V, V, F, V

C) V, F, V, F, F

D) V, V, F, V, V

E) F, F, F, V, V

QUESTÃO 02

Com base no disposto na Lei nº 9.099/1995, assinale a opção **correta** a respeito dos juizados especiais cíveis.

A) Os conciliadores e os juízes leigos são auxiliares da justiça recrutados,

respectivamente, entre os bacharéis em direito e entre advogados com mais de dez anos de experiência.

B) As causas relativas ao estado e à capacidade das pessoas só serão processadas e julgadas nos juizados especiais se forem de cunho meramente patrimonial.

C) As ações possessórias não se incluem entre as competências dos juizados especiais, uma vez que a complexidade desse tipo de ação é incompatível com o rito célere desses juizados.

D) Excetuada a hipótese de conciliação, a opção pelo procedimento dos juizados especiais importará em renúncia ao crédito excedente ao valor de quarenta vezes o salário mínimo.

E) Em se tratando de ações para reparação de dano de qualquer natureza, é competente para as causas dos juizados especiais o juizado do foro do domicílio do réu.

QUESTÃO 03

Assinale a opção **correta** no que concerne aos procedimentos no âmbito dos juizados especiais cíveis.

A) Além da possibilidade de reconvenção, é lícito ao réu, na contestação, formular pedido em seu favor, desde que fundado nos mesmos fatos que constituam objeto da controvérsia.

B) Não instituído o juízo arbitral, proceder-se-á imediatamente à audiência de instrução e julgamento, na qual serão ouvidas as partes e colhidas as provas, dispondo o julgador, em regra, de quinze dias para proferir sentença.

C) A prova oral não pode ser reduzida a escrito, devendo a sentença referir, no essencial, os informes trazidos nos depoimentos, e a instrução pode ser dirigida por juiz leigo, sob a supervisão de juiz togado.

D) Não é admissível sentença condenatória por quantia ilíquida, exceto se genérico o pedido, sendo inexistente a sentença na parte que exceder a quantia de quarenta vezes o salário mínimo.

E) A contestação, que pode ser oral ou escrita, deve conter toda a matéria de defesa, inclusive a arguição de suspeição ou impedimento do juiz.

QUESTÃO 04

Sobre o tratamento que a Lei nº 9.099/1995 dá às Provas, observe as alternativas e marque a opção correspondente.

I) O requerimento para intimação das testemunhas será apresentado à Secretaria, no mínimo, dez dias antes da audiência de instrução e julgamento.

II) Não comparecendo a testemunha intimada, o juiz poderá determinar sua imediata condução, valendo-se, se necessário, do concurso da força pública.

III) No curso da audiência, poderá o juiz, de ofício ou a requerimento das partes, realizar inspeção em pessoas ou coisas, ou determinar que o faça pessoa de sua confiança, que lhe relatará informalmente o verificado.

IV) As testemunhas, até o máximo de três para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento levadas pela parte que as tenha arrolado, independentemente de intimação, ou mediante esta, se assim for requerido.

A) Nenhuma alternativa está correta

B) Existe somente uma alternativa correta

C) Existem três alternativas corretas

D) Existem duas alternativas corretas

E) Nenhuma das anteriores

QUESTÃO 05

Quanto aos Juizados Especiais Cíveis, conforme disposto na Lei nº 9.099/95, analisar os itens abaixo:

I - As testemunhas, até o máximo de três para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento levadas pela parte que as tenha arrolado, independentemente de intimação, ou mediante esta, se assim for requerido.

II - Extingue-se o processo sem julgamento do mérito quando, falecido o autor, a habilitação depender de sentença ou não se der no prazo de 30 dias.

III - Os embargos de declaração suspendem o prazo para a interposição de recurso.

Estão CORRETOS:

- A) Somente os itens II e III.
- B) Somente os itens I e III.
- C) Somente os itens I e II.**
- D) Todos os itens.

QUESTÃO 06

Quanto aos temas “Das Partes” e “Do Pedido”, nos processos relativos aos Juizados Especiais Cíveis, regulados pela Lei nº 9.099/1995, admitir-se-á:

- A) Assistência.
- B) Litisconsórcio.**
- C) Reconvenção.
- D) Intervenção de terceiros.
- E) Embargos de terceiro.

QUESTÃO 07

A sentença nos Juizados Especiais Cíveis:

- A) será irrecorrível, quando homologar laudo arbitral.**
- B) trará um breve resumo dos fatos, estando dispensada a fundamentação.
- C) poderá ser ilíquida, nos casos de formulação de pedido genérico.
- D) poderá ser executada em Vara Comum, no tocante à parte da condenação excedente ao teto de competência dos Juizados Especiais.
- E) Nenhuma das alternativas está correta.

QUESTÃO 08

Em matéria de Juizados Especiais da Fazenda Pública (Lei nº 12.153/09), assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A competência em razão do Juizado Especial da Fazenda Pública é absoluta.
- B) As autarquias, fundações e empresas públicas vinculadas a determinado Município podem ser partes como réus nos Juizados Especiais da Fazenda Pública.
- C) Nos Juizados Especiais da Fazenda**

Pública, não há prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, salvo a interposição de recursos e a contestação.

D) Não se incluem na competência do Juizado Especial da Fazenda Pública, as ações por improbidade administrativa, mandado de segurança, desapropriação e as demandas sobre direitos ou interesses difusos e coletivos.

E) A entidade pública ré deverá fornecer ao Juizado a documentação de que disponha para o esclarecimento da causa, apresentando-a até o momento de instalação da audiência de conciliação.

QUESTÃO 09

Quanto aos processos que tramitam perante os Juizados Especiais da Fazenda Pública, observe as assertivas e assinale o correspondente.

- I) No foro em que estiverem instalados, a competência é Absoluta.
- II) Não é possível pedido para providências cautelatórias ou antecipatórias no curso do processo.
- III) A Fazenda terá prazo em quádruplo para contestar e em dobro para recorrer.
- IV) O cumprimento da sentença com trânsito em julgado, que imponha obrigação de fazer, será efetuado mediante ofício do juiz à autoridade citada para a causa, com cópia da sentença ou do acordo.
- V) Nas causas que correm perante esse Juizado, haverá reexame necessário no caso de procedência do pedido do autor.

- A) Não existem alternativas corretas.
- B) Somente as alternativas I e V estão incorretas.
- C) Somente as alternativas I, III e IV estão corretas.
- D) Somente as alternativas I e IV estão corretas.**
- E) Somente as alternativas II e III estão incorretas.

QUESTÃO 10

José dos anzóis ingressou no Juizado Especial da Fazenda Pública requerendo

que o Município de Floresta Negra fosse obrigado a lhe fornecer medicamentos de alto custo, conforme receita médica, e pediu tutela antecipada para que os medicamentos fossem fornecidos em 30 dias. A tutela antecipada foi deferida. O Município foi intimado da decisão que deferiu a tutela antecipada em 12/09/19 (quinta-feira). Considerando que não houve feriado neste período e o mês de setembro é de 30 dias, o prazo para recorrer da tutela antecipada deferida termina em:

- A) 23/09/19 (segunda-feira).
- B) 02/10/19 (quarta-feira).
- C) 19/09/19 (quinta-feira).
- D) 17/09/19 (terça-feira).
- E) 03/10/19 (quinta-feira).**

QUESTÃO 11

No tocante às relações de consumo,

A) fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, neste caso privada, somente, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividades de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviço.

B) pode se falar em consumidor por equiparação à coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.

C) produto é qualquer bem, desde que material, podendo ser móvel ou imóvel.

D) serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, com ou sem remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária.

E) as normas consumeristas são de natureza dispositiva e de interesse individual dos consumidores.

QUESTÃO 12

Francisco da Silva adquiriu um veículo fabricado por XZ e vendido pela concessionária local X. Quando já decorrido um ano da aquisição houve sério defeito (oculto) no sistema de freios, defeito este decorrente da fabricação do veículo, ocasionando o capotamento do veículo em rodovia, causando lesões aos três passageiros do veículo e ao adquirente, que

era condutor na ocasião. Neste caso, considere as questões Verdadeiras e Falsas:

() Para a pretensão de reparação de danos causados às vítimas do acidente aplica-se o prazo decadencial de noventa dias, mas este prazo somente se inicia no momento em que ficou evidenciado o defeito, ou seja, data do acidente.

() Aplica-se o prazo prescricional de cinco anos para a pretensão de reparação pelos danos causados no acidente.

() Para os efeitos e aplicação do Código de Defesa do Consumidor, no caso descrito no enunciado acima, são considerados consumidores, além do adquirente do veículo, todas as vítimas do evento (consumidores por equiparação).

() A concessionária de veículos X é solidariamente responsável com o fabricante XZ pelos danos causados às vítimas do evento acima por se configurar a responsabilidade por fato do produto.

Assinale a alternativa correta:

- A) V, V, V, F
- B) F, V, F, V
- C) F, V, V, V
- D) F, V, V, F**
- E) V, F, F, V

QUESTÃO 13

Inês, pretendendo fazer pequenos reparos e manutenção em sua residência, contrai empréstimo com essa finalidade. Ocorre que, desconfiando dos valores pagos nas prestações, procura orientação jurídica e ingressa com ação revisional de cédula de crédito bancário, questionando a incidência de juros remuneratórios, ao argumento de serem mais altos que a média praticada no mercado. Requereu a inversão do ônus da prova e, ao final, a procedência do pedido para determinar a declaração de nulidade da cláusula. A respeito desta situação, é **correto afirmar** que o Código de Defesa do Consumidor

A) não é aplicável na relação jurídica entre Inês e a instituição financeira, motivo pelo qual o questionamento deve seguir a ótica dos direitos obrigacionais previstos no Código Civil, o que inviabiliza a inversão do ônus da prova.

B) é aplicável na relação jurídica entre Inês e a instituição financeira, cabível a inversão do ônus da prova, se preenchidos os requisitos legais e, em caso de nulidade da cláusula, todo contrato será declarado nulo, tendo em vista que prática abusiva é questão de ordem pública.

C) é aplicável na relação jurídica entre Inês e a instituição financeira, cabível a inversão do ônus da prova caso a consumidora comprove preenchimento dos requisitos legais, sendo certo que a declaração de nulidade da cláusula não invalida o contrato, salvo se importar em ônus excessivo para o consumidor, apesar dos esforços de integração.

D) não é aplicável na relação jurídica entre Inês e a instituição financeira, motivo pelo qual o questionamento orienta-se pela norma especial de direito bancário, em prejuízo da inversão do ônus da prova pleiteado, ainda que formalmente estivessem cumpridos os requisitos legais.

QUESTÃO 14

Em audiência realizada nos termos da Lei n. 9.009/95, juiz leigo, ao cumprir o dever de esclarecer as partes presentes sobre as vantagens da conciliação, dirige-se ao réu da demanda e afirma que, em seu julgamento, o pleito do autor deve prevalecer, pois encontra-se devidamente provado, devendo entrar em acordo, pagando ao autor o que este demanda. O réu discorda veementemente do juiz leigo e não é obtida a conciliação, seguindo o processo seu trâmite regular. Diante dos fatos apresentados, tendo em vista as previsões do Código de Ética do Juiz Leigo, o réu poderá representar perante

A) o juiz togado ou a Coordenação Estadual dos Juizados, pois o juiz leigo não se absteve de fazer pré-julgamento da causa.

B) ao Ministério Público Estadual, pois a conduta do juiz leigo é uma das hipóteses de improbidade administrativa.

C) a Seção da Ordem dos Advogados respectiva, por conta da parcialidade manifestada, tendo em vista que o juiz leigo deve ser advogado.

D) a Corregedoria-Geral do Tribunal de Justiça, pois o juiz leigo não informou às partes, de forma clara e imparcial, sobre os riscos e consequências de uma demanda

judicial.

E) o Conselho Nacional de Justiça, que regulamenta a atuação do juiz leigo, pois cabe a ele receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares.

QUESTÃO 15

Nos termos da Resolução n. 174/2013, do CNJ, a contar do encerramento da instrução, o juiz leigo deverá apresentar o projeto de sentença, no prazo máximo de:

A) 5 dias.

B) 7 dias.

C) 15 dias.

D) 12 dias.

E) 10 dias.

QUESTÃO 16

A Resolução n. 174/2013, do CNJ, dispõe que o juiz leigo fica subordinado às orientações e ao entendimento jurídico do:

A) Presidente do Conselho Nacional de Justiça.

B) Presidente do Tribunal de Justiça.

C) Presidente da Turma Recursal.

D) Juiz togado.

E) Promotor de Justiça

QUESTÃO 17

Segundo o Código de Ética dos Juízes Leigos, é dever desses juízes, sem prejuízo daqueles estabelecidos pelo respectivo Tribunal,

A) captar clientela para auxiliar no exercício das suas funções.

B) avisar as partes sobre o horário marcado para o início das audiências.

C) velar por sua honra e reputação pessoal e agir com lealdade e boa-fé.

D) dar informações ao acusado sobre a possibilidade de obter reparação ao dano sofrido.

E) ser prestigiado pelo cargo desenvolvido.

QUESTÃO 18.

Segundo o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, integram o Sistema dos Juizados Especiais:

A) o Conselho de Supervisão, as Turmas Recursais, os Juizados Especiais Cíveis e os Juizados Especiais Criminais.

B) o Conselho Tutelar, as Turmas de Apelação, os Juizados Especiais Cíveis e os Juizados Especiais Criminais.

C) o Conselho de Supervisão, as Turmas de Apelação, os Juizados Especiais Cíveis e os Juizados Especiais Criminais.

D) o Conselho Pleno, as Turmas de Apelação, os Juizados Especiais Cíveis e os Juizados Especiais Criminais.

QUESTÃO 19

Acerca dos Juizados Especiais Cíveis, assinale a alternativa correta:

A) Não sendo possível a realização imediata da audiência de instrução e julgamento, será a audiência designada para um dos dez dias subsequentes, cientes, desde logo, as partes e testemunhas eventualmente presentes.

B) Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz.

C) As testemunhas, até o máximo de cinco para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento levadas pela parte que as tenha arrolado, independentemente de intimação, ou mediante esta, se assim for requerido.

D) A audiência de instrução e julgamento somente poderá ser dirigida pelo Juiz togado.

E) Não existem alternativas corretas.

QUESTÃO 20.

Acerca das questões abaixo delineadas, marque a assertiva correta.

A) A parte autora não pode renunciar ao valor excedente a 60 salários mínimos de forma a permitir seja processada a causa perante os Juizados Especiais da Fazenda Pública Estadual.

B) Em não concordando o Juiz Leigo com a sentença proferida pelo Juiz Togado pode aquele proferir outra em substituição.

C) Desde que justificado o juiz leigo de maneira excepcional e fundamentada pode permitir a condução da audiência de instrução e julgamento por um dos procuradores constituídos pelas partes ou por ambos.

D) Nenhuma das assertivas anteriores.

E) Todas as assertivas anteriores.

QUESTÃO DISCURSIVA - PROJETO DE SENTENÇA

Encontra-se distribuída e tramitando no Juizado Especial Criminal desta Comarca, Ação Penal relativa ao crime do art.147 do Código Penal "Ameaça", com os seguintes fatos, dados e nome das partes, fictícios, apenas para efeitos didáticos desta questão discursiva.

Fatos: Na tarde do dia 08/01/2019, por volta das 16 horas, no interior do estabelecimento comercial Açougue Fogo de Chão, situado na Rua Rio da Prata nº 28, Centro, neste Município e Comarca, de modo voluntário adentrou naquele local, o denunciado Zé Tinhoso, pessoa conhecida na cidade, onde não observando a fila existente dos fregueses, burlou aquela sequência de atendimento e acabou ameaçando verbalmente " de causar mal injusto e grave", a primeira pessoa da fila, ou seja a vítima João da Paz que ficou atemorizado com a séria ameaça contra a sua vida.

Na sequência a vítima foi até a Delegacia de Polícia e acabou prestando informações, apontando as testemunhas do fato e representando contra o autor (infrator), registrando o Boletim de Ocorrência nº 2019/128.

Pela Autoridade Policial foi ouvido e qualificado o autor dos fatos e qualificou as testemunhas, designou data de comparecimento no Juizado Especial e encaminhando o respectivo B.O. ao Fórum.

O Autor dos fatos (Zé Tinhoso) é solteiro, maior de idade, não registrando antecedentes criminais.

Pelo Juizado Especial Criminal foi realizada audiência preliminar, sendo formalizada no Termo a representação da vítima em face do

autor do fato, oferecida a transação não foi aceita, sendo na sequência oferecida denúncia pelo Ministério Público que foi processada pelo Rito Sumaríssimo (art. 81 da Lei Federal nº 9.099/95).

Na forma da lei, durante a audiência, foi dada a palavra ao Advogado do denunciado para responder à acusação, em seguida, oralmente foi proferida decisão do Magistrado rejeitando a preliminar de inépcia da denúncia, e a seguir recebendo a denúncia.

Prosseguindo foi ouvida a vítima João da Paz e mais duas testemunhas (presenciais) arroladas pelo Ministério Público, e uma testemunha (abonadora) pela Defesa, onde foi na continuidade foi interrogado o denunciado.

Na mesma audiência imediatamente foram também produzidos e gravados os debates orais, iniciando-se pelo Ministério Público e após pelo Defensor do acusado, constando todos os atos no Termo de Audiência, onde devido a outras audiências naquele dia, foi determinado que os autos viessem conclusos.

Desta forma, nesta fase, como Juiz Leigo nomeado para o caso, desenvolva o Projeto com a peça com o esboço de uma **Sentença Condenatória**, a partir do breve relato exposto, levando em conta todas as informações contidas nesta questão.